



RICARDO SALLES

# Nabuco e a “Grande Era Brasileira”

**RICARDO SALLES**

é professor da  
Escola de História  
da Universidade  
Federal do Estado  
do Rio de Janeiro  
(UniRio).

# N

abuco e a República. E, no interior desse tema, Nabuco historiador. Eis do que me cabe tratar. Nada mais adequado, porque o Nabuco monarquista que fez as pazes com a República dos

conselheiros foi o Nabuco historiador do Império; o Nabuco que contou a história do pai como história do Segundo Reinado em *Um Estadista do Império*, obra cujo primeiro volume foi publicado em 1897 e que engrandecia o antigo regime diante de uma República diminuída<sup>1</sup>. Nesse mesmo momento, aliás, Nabuco compôs também sua autobiografia intelectual, com o mesmo sentido de enaltecimento da Monarquia, que seria publicada em livro em 1900, sob o título de *Minha Formação*.

Meu objetivo neste texto é estabelecer a conexão entre esse Nabuco, mais conservador, e o Nabuco liberal radical do abolicionismo. Essa conexão problemática, que não é nova para todos os que se debruçaram sobre Nabuco, tem sido resolvida, *grosso modo*, de duas maneiras: ou se ressalta o conservadorismo de seu liberalismo durante a campanha abolicionista, ou simplesmente se assinala a ruptura entre as duas fases, debitando-a a circunstâncias de vida e à conjuntura que se abre com a Proclamação da República. Uma e outra solução têm suas justificativas, mas, a meu ver, insuficientes. Direta ou indiretamente, as posições de Nabuco, numa e noutra fase, são medidas contra parâmetros que, do meu ponto de vista, mais afeitos ao Brasil pós-escravista ou em transição para o capitalismo e para a modernidade, não correspondem inteiramente àqueles que caracterizaram o mundo de Nabuco.

Minha interpretação coloca em questão essa organicidade de Nabuco. Considero-o mais um intelectual tradicional, de acordo com a concepção gramsciana. Isto é, como portador de uma certa autonomia imediata em relação às classes sociais, especialmente em relação à classe dominante, ao

mesmo tempo em que representa uma certa continuidade histórica (Gramsci, 1995, pp. 3-23). Nabuco era um representante do grupo dos dirigentes políticos imperiais em um momento de crise aguda da sociedade escravista. Nesse momento de crise, polarizado pelo movimento popular urbano nascente e, principalmente, pela imbricação deste com um novo abolicionismo, ele se debateu em uma contradição insolúvel: conciliar o encaminhamento da Abolição da escravidão, àquela altura histórica inevitável, fosse pelos desenvolvimentos sociais e políticos internos, fosse pelo novo contexto internacional aberto pela derrota dos Estados Confederados na guerra civil americana e pela nova fase, mais agressiva econômica e politicamente, do capitalismo, por um lado, e a preservação do edifício político monárquico-imperial, por outro. Até o final da década de 1870, momento em que Nabuco se lança à política, o grupo dirigente imperial havia demonstrado uma capacidade de antecipação e direção na condução da questão da escravidão que, ao mesmo tempo em que conduzia reformas que se colocavam, mais cedo ou mais tarde, como inevitáveis, terminavam por perpetuar a dominação de classe dos senhores de escravos e a ordem imperial. A partir desse momento, contudo, esse grupo começa a perder essa capacidade, o que se manifesta numa também crescente perda de sua capacidade de coesionar o todo social, em primeiro lugar as diversas frações da própria classe dominante e não menos importante, a elite intelectual e política imperial.

A geração de Nabuco e de outros que gravitavam em torno dessa elite viu-se no meio dessa crise: um mundo se desfazia ante seus olhos sem que forças materiais e sociais de um possível futuro fossem claramente identificadas na sociedade, ainda que pudessem ser percebidas, ao menos em sua aparência, nas nações capitalistas avançadas. Nesse quadro, as posições individuais e de grupos variaram amplamente. Poucos se aferraram inteiramente aos antigos valores e à velha sociedade imperial. Os que o fizeram, como Andrade Figueira e

<sup>1</sup> Retomo e resumo aqui as considerações que realizei em *Joaquim Nabuco, um Pensador do Império* (Salles, 2002).

Paulino Soares de Sousa, filho, eram de uma geração um pouco anterior, nascidos ainda na primeira metade da década de 1830. A maioria dos mais novos da geração de 70, em diferentes combinações, aderiu aos valores emergentes do positivismo, cientificismo, republicanismo, americanismo. Tudo sob a ampla bandeira do progresso, espelhado no modelo das nações capitalistas mais avançadas e do qual se deveria arrancar ao futuro. Todos fracassaram. Os primeiros porque o Velho Mundo estava irremediavelmente morto. Os últimos porque cedo ficou claro que o progresso não passaria da fachada de nossa *belle époque*. Os vencedores foram outros, os intelectuais orgânicos, para usar uma categoria gramsciana, dos vitoriosos proprietários rurais do Sudeste que se desprendiam da instituição da escravidão sem abrir mão do monopólio da terra e do controle sobre a mão-de-obra. Esses intelectuais terminaram por atrair para sua esfera, sem, contudo, absorvê-los completamente, o que restava dos antigos intelectuais tradicionais que, de alguma forma, tinham sua existência e origem ligadas ao antigo regime monárquico. Nabuco foi um deles.

Esse momento peculiar, nos quadros de uma determinada organização cultural realizada durante o Segundo Reinado e, nesse momento, em crise, em que se destacava a autonomia dos intelectuais tradicionais, permitiu o surgimento de pensadores e intelectuais posicionados numa distância particularmente reveladora da trama econômica, social, política e cultural excludente que o escravismo brasileiro havia gerado e que sua superação formal não eliminou em nossa formação social. Essa distância reveladora diz respeito a uma certa ambiguidade constitutiva do pensamento, da obra literária ou da obra política desses intelectuais. Homens do interregno, eles não mais estavam afinados com o Velho Mundo, mas eram críticos de seu presente e do futuro que se delineava. Machado de Assis e Lima Barreto, em polos ideológicos quase que opostos, são a expressão mais clara nessa direção na literatura, não por acaso, um dos campos mais afeitos aos intelectuais tradicionais. Rebouças, em

menor grau, Rio Branco e Nabuco, todos da terceira geração de monarquistas reformadores, são a expressão política dessa distância reveladora<sup>2</sup>. De um modo geral, realizaram uma crítica, claramente no caso de Machado, Lima Barreto e Rebouças, ou demonstraram uma tensão e uma ambiguidade constitutivas de seu pensamento e de sua ação entre reforma e conservadorismo, liberdade e ordem, nação e cidadania no caso de Rio Branco e Nabuco.

No centro das possibilidades abertas nesse período estava o movimento abolicionista. A vitória abolicionista de 13 de maio esgotou seu potencial reformista, expresso em suas bandeiras, mas estilizado entre as diferentes correntes políticas que o movimento havia, até então, sido capaz de subsumir e que agora se recolocavam dominantes na conjuntura. Pouco a pouco, a data e sua memória tornaram-se mais importantes que as próprias bandeiras do movimento. Para os abolicionistas republicanos, as lutas em torno da implantação e depois dos rumos do novo regime serviram, ao menos assim pareceu, de estuário de suas energias. Para os abolicionistas monarquistas, como Nabuco e Rebouças, a situação se apresentou muito mais complicada.

Em Nabuco, o abandono, ou pelo menos o esmorecimento, de qualquer pretensão de constituição de uma soberania baseada na incorporação do conjunto da população, especialmente dos negros, mestiços e antigos escravos, a uma cidadania plena começa a aparecer em algumas de suas cartas nos anos imediatamente seguintes à Proclamação da República, que expressavam uma desilusão crescente com os rumos do país após o golpe militar republicano. Apesar de ter nutrido alguma esperança restauradora durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, Nabuco sempre esteve longe da crença e do empenho na causa restauradora demonstrados por seu amigo e inspirador da luta abolicionista, e igualmente monarquista, André Rebouças. Esse, após ter embarcado para a Europa acompanhando a família real em seu exílio, dedicou-se a escrever uma série de artigos para a imprensa em que associava o golpe

2 No caso de Rebouças, seu americanismo e sua radicalidade abolicionista talvez o coloquem mais no papel de um intelectual orgânico prefigurador do desenvolvimento capitalista no Brasil. O problema é que a radicalidade de seus ideais democráticos não condiziria com o capitalismo que efetivamente veio a prevalecer: excludente e autoritário, além de naturalmente desigual. Outra personagem desse momento revelador a demandar estudos é José do Patrocínio. Sua atividade jornalística e política comportou um abolicionismo radical, referências a um socialismo genérico e confuso, republicanismo (foi o "proclamador civil" do novo regime), devoção à Princesa Redentora e oposição ao governo de Floriano Peixoto, para citar algumas de suas ambiguidades. Sobre Rebouças, ver Carvalho (1998).

**Na página  
seguinte,  
Joaquim  
Nabuco em  
1900**

militar republicano à reação dos antigos escravocratas com o objetivo de impedir o prosseguimento das reformas sociais pregadas pelo abolicionismo. Insistia na fórmula de uma monarquia popular e democrática, que se havia forjado durante a campanha abolicionista, e tinha como objetivo último de seus artigos influir no espírito de Nabuco para que esse adotasse, no Brasil, a bandeira da democratização da terra como parte de uma campanha para a restauração monárquica (Carvalho, 1998, p. 228).

Nessa altura, o entendimento dos dois antigos companheiros de campanha abolicionista sobre a dimensão social do fim da escravidão divergia. Para Rebouças, sem o complemento da reforma da terra, haveria pouca alteração na posição social dos trabalhadores, inclusive dos imigrantes europeus, que chegavam ao país em grande número. Joaquim Nabuco, para o qual havia perceptíveis diferenças, opunha-se à ideia do amigo de que o assalariamento nada mais seria que uma espécie de escravização do branco (Carvalho, 1998, p. 229). Essa divergência permaneceu como objeto da amizade epistolar entre os dois<sup>3</sup>. Suas opiniões se diferenciavam quanto à questão do pós-Abolição e, especificamente, à situação dos antigos escravos. Em carta ao amigo de 28 de janeiro de 1893, assim Nabuco via o problema.

“Esta pobre raça negra está abandonada de todos, entregue ao alcoolismo que consola da miséria, rejeitada por todos em favor do chim. É um fim de nação ou antes de raça. Porque a nação viverá e o território tem um grande futuro. A nossa raça porém foi pesada na balança e condenada, e como dizem os ingleses ‘os moinhos de Deus moem devagar, mas moem fino’” (Nabuco, 1949, p. 221).

Nesse momento, Nabuco pôde retomar um velho projeto de escrever a biografia do pai. Ao fazê-lo não apenas cumpriu com um dever filial autoimposto e que agora tinha tempo para realizar, mas principalmente expressou o itinerário dominante de *aggiornamento* dos antigos intelectuais

tradicionais ao novo regime e, ao mesmo tempo, o estancamento de qualquer potencialidade reformadora da Nova República. Intelectualmente, essa operação ocorreu ao se autoclassicizar na narrativa memorialística de sua formação, em *Minha Formação*, e ao classicizar a Monarquia em sua narrativa do Segundo Reinado em *Um Estadista do Império*. Aqui tratarei da narrativa historiográfica.

## UM CLÁSSICO

*Um Estadista do Império* é daqueles livros que, mesmo relativamente pouco lidos, todos sabem que é um clássico. Italo Calvino, em *Por que Ler os Clássicos*, considera que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer [...]. Os clássicos [...] chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram [...]” (Calvino, 1993, p. 11). Além dessas características de constante e sempre renovada atualidade e diálogo com a tradição, o conceito de clássico possui uma dimensão ideal, modelar, e uma dimensão atemporal. O clássico é imorredouro. Essa última marca, contudo, só se confirma com o tempo. É clássica a obra de arte que a história consagrou como tal. Quando dizemos que uma obra atual é um clássico, na verdade, estamos prevendo que esse será o seu futuro provável. Somente o tempo dirá do acerto ou não de nossa previsão. Assim, o clássico é sempre a obra de um passado. Se o clássico é um produto do tempo, no entanto, sua capacidade de permanecer como valor estético modelar lhe assegura uma transcendência em relação à história. O clássico é válido e belo independentemente de suas circunstâncias. É clássico tudo aquilo que transcende seu tempo e que, ao fazê-lo, tem a qualidade de transcender todos os tempos, de definir um padrão universal.

Mas o conceito de clássico é um atributo que é conferido a uma obra num presente

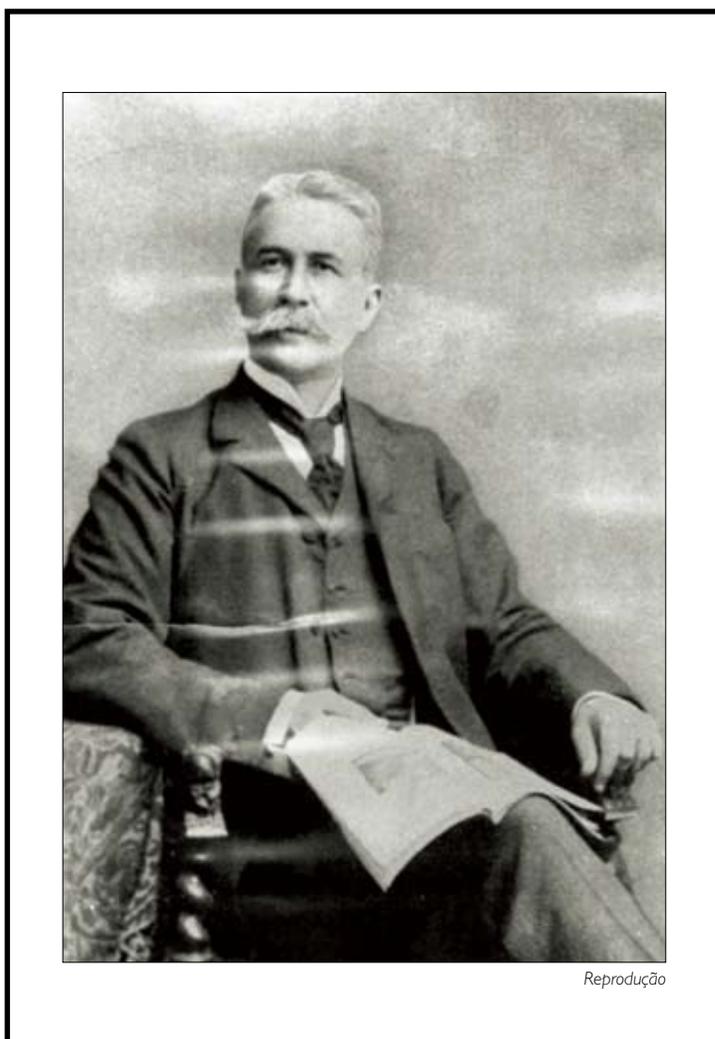
<sup>3</sup> Os dois amigos nunca mais se viriam. Rebouças, após curto autoexílio europeu, perdeu as esperanças numa restauração monárquica e no prosseguimento das reformas sociais. Retirou-se para a África em 1892. Pouco tempo depois, mudou-se novamente para seu último e derradeiro destino, Funchal, na ilha da Madeira. Lá, em maio de 1898, foi encontrado morto aos pés de um penhasco próximo ao local em que morava. Provavelmente colocou fim à própria vida.

outro que não aquele do momento de sua criação. O clássico necessariamente requer distância histórica. É inicialmente no Renascimento que a consciência de uma distância histórica surge em relação à Antiguidade, que passa a ser tida como clássica. Contudo, é com Winckelmann, no século XVIII, que a noção de clássico, referida ainda à Antiguidade, fixa-se num contexto em que se afirma a moderna concepção de tempo histórico, com sua linearidade, devir, factualidade, acaso e sentido. A partir daí, a atribuição de valor clássico a uma obra do passado passou a envolver uma avaliação estética do presente sobre essa obra, baseada em determinada norma, tida como clássica. Aparentemente, tal norma deriva da própria obra clássica e é apreendida por uma consciência da época presente. Na realidade, a consciência em que se destaca essa norma clássica é sempre uma consciência de uma decadência do presente e de uma distância de seu tempo em relação a uma época histórica. Esta se torna clássica para essa consciência presente, que produziu a norma que define o clássico enquanto tal (Gadamer, 1988, pp. 357 e segs.).

*Um Estadista do Império* tem sido quase unanimemente considerado um clássico da literatura política brasileira. Isso não obstante o número relativamente pequeno de edições que o livro conheceu desde sua publicação inicial em 1897. Desde então, num espaço de cem anos, surgiram seis edições da obra<sup>4</sup>. Tal fato talvez não fosse de estranhar, em se tratando de um clássico num país marcado pela exclusão social, pelo analfabetismo secular da população e pela consequente forte presença de uma cultura letrada elitista. De qualquer forma, *Um Estadista do Império* tem sido tratado como um clássico, principalmente por intelectuais e políticos que o utilizam como modelo para a ação ou para a reflexão histórico-política. Assim, por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco escolheu para título da obra que escrevera sobre a vida de seu pai, Afrânio de Melo Franco, *Um Estadista da República*. Na “Introdução”, são constantes as referências à obra de Nabuco como modelo

inspirador para seu trabalho. O próprio título antecederia a realização efetiva do trabalho: “[...] dentro de mim mesmo, o livro nasceu com o nome que tem” (Franco, 1955, p. XXIII). Concluía dizendo que, numa conversa com Gilberto Freyre, havia considerado que seu livro era barroco em comparação com *Um Estadista do Império*, “[...] predominantemente clássico”. A razão do contraste estaria nas diferentes técnicas de historiografia: uma obra, a de Nabuco, mais grandiosa, “com personagens solenes e togados como heróis racinianos”; a outra mais afeita aos pequenos fatos. Diante dessa explicação, Freyre acrescentou uma outra, remetendo “[...] diretamente aos assuntos dos livros e declarou que, para ele, o Império era clássico e a República barroca” (apud Franco, 1955, p. XXV).

4 A primeira edição, em três volumes, é de 1897-1899, pela Editora Garnier. A segunda edição completa só ocorreu, em dois volumes, em 1936, pela Companhia Editora Nacional e Civilização Brasileira. A terceira edição, em quatro volumes, pela IPÊ Instituto Progresso Editorial, apareceu em 1949, como parte da edição das *Obras Completas* de Joaquim Nabuco. Em 1975, a Nova Aguilar reeditou pela quinta vez, em um volume, *Um Estadista do Império*. Finalmente, em 1997, a Topbooks lançou a sexta edição, comemorativa do centenário da publicação, contendo uma série de estudos e apêndices à edição original.



Reprodução

A Proclamação da República surpreendera Nabuco no auge de sua carreira política. Sua trajetória fora construída tendo por base a subordinação de quaisquer interesses e compromissos políticos, partidários ou filosóficos aos objetivos da emancipação incondicional dos escravos. Como resultado, apesar de formalmente filiado ao Partido Liberal, podia ser considerado um político independente. Era bastante popular e, mesmo sem vínculos mais estreitos com as instituições do antigo regime, estava no pico de sua adesão monárquica, propondo a renovação do regime, juntamente com Rebouças, pelo aprofundamento de reformas sociais e políticas que lhe aumentassem o apoio popular. Por sua vez, o casamento com uma moça de família tradicional e a reaproximação com o catolicismo, após a queda da Monarquia, haviam contribuído para reforçar sua convicção monárquica. A queda da Monarquia não poderia ser considerada propriamente uma surpresa. Em sua correspondência com Rebouças no período, a percepção da erosão das bases de sustentação da dinastia, depois do 13 de maio, é clara. O fato de ser, em certo sentido, um “marginal” aos círculos mais expressivos da oposição monarquista à República não o beneficiava junto aos partidários do novo regime. Seu recolhimento e isolamento político foram a consequência natural dessa situação, somada aos momentos reais de restrição e mesmo perseguição republicanas no quadro de guerra civil que o país atravessava.

Em 1897, Joaquim Nabuco passava pelo final de uma situação de ostracismo interno, devida à sua condição de defensor do antigo regime, ainda que não gozasse de pleno trânsito nas hostes monarquistas militantes. É certo que terminara a Revolta Federalista em 1895 e um presidente civil estava à frente do novo regime e a tensão e a repressão políticas haviam em muito diminuído. Mas os acontecimentos em Canudos e principalmente a difusão de um sentimento de que se tratava efetivamente de uma tentativa restauradora ainda intranquilizavam o ambiente político e a situação dos monarquistas, mesmo os que,

como Nabuco, mantinham-se afastados de qualquer atividade política militante.

Apesar disso, Nabuco era figura conhecida, de expressão intelectual ascendente, e, mesmo nas circunstâncias adversas, aos poucos reconstituía um projeto público próprio. Isso não somente por sua participação passada na campanha abolicionista. Apesar das condições políticas desfavoráveis, sua atividade intelectual era intensa. Em primeiro lugar, na imprensa: redigira o *Manifesto Monarquista* publicado no ano anterior no *Jornal do Commercio*; no mesmo jornal publicara a série de artigos que deram origem aos livros *Balmaceda e A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*, ambos publicados em 1896<sup>5</sup>. Fazia parte do corpo de redatores da *Revista Brasileira*, fundada por José Veríssimo em 1895. Finalmente, também em 1897, com Machado de Assis como presidente, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, ocupando o cargo de seu secretário. Nabuco “[...] se tornara um puro homem de letras após o abandono da política [...]” (Viana Filho, 1981, p. 587).

Assim, no período imediatamente posterior a 1893, ele acumulara capital intelectual suficiente para considerar que talvez estivesse produzindo uma obra destinada à posteridade durante o tempo em que se dedicou à produção do livro que viria a ser *Um Estadista do Império*. Essa pretensão pode ser depreendida de suas referências à obra à qual vinha se dedicando diretamente pelo menos nos últimos quatro anos. Um exame de sua correspondência ativa nos anos de 1893 e 1894, quando está imerso na tarefa de produzir *Um Estadista do Império*, demonstra que a ideia de produzir uma obra que fixasse uma época histórica e sua contribuição imorredoura para o destino da nação e para a posteridade, numa palavra, um clássico, foi aos poucos ganhando força em sua mente. Não se tratava apenas do fato de Nabuco ser detentor de um certo capital intelectual. Importava mais, naquela oportunidade, a serviço de que projeto político-pessoal ele buscava colocar esse capital. Sua percepção do momento político e de sua situação de vida, ao menos até 1895,

5 “Imagine que terei neste ano três livros para imprimir! A prisão voluntária em que vivo me deu muito tempo para escrever e pensar.” Carta ao barão de Penedo de 11 de junho de 1894 (Nabuco, 1949, I, p. 237).

certamente foi decisiva na configuração desse empreendimento. Antes de vermos como tal projeto, ainda que implícito, amadureceu no espírito de Nabuco, torna-se necessário aprofundar o sentido do que está se chamando de clássico.

## O PANORAMA DE UMA ÉPOCA HISTÓRICA

Vejam, primeiramente, como a ideia de escrever uma biografia do pai surgiu inicialmente em Nabuco e, finalmente, como foi ganhando e em que consistem suas dimensões de uma obra clássica.

Pouco depois da morte do senador Nabuco de Araújo em 1878, a ideia de realizar a biografia do pai surgiu em Joaquim Nabuco. Em 1881, novamente, voltara a pensar no assunto. O trabalho teria como base os papéis deixados por Nabuco de Araújo, e por ele mesmo cuidadosamente guardados e organizados ao longo de sua vida. Nesse período, a trajetória abolicionista de Nabuco estava em seu começo. Ele não havia conseguido se eleger por uma segunda vez para a Câmara e é possível que a ambição de pertencer ao mundo das letras voltasse a exercer sobre seu espírito o encanto que nunca o abandonaria pelo resto da vida. Contudo, encontrando-se em Londres desde o ano anterior – e onde permaneceria até 1884 –, dedicou-se a redigir *O Abolicionismo*, que viria a ser publicado em 1883, e que ele consideraria seu livro de estreia. Desse modo, sua atividade intelectual pendia mais para a questão política mais importante do momento, à qual se lançaria com intensidade até 1889. Nesse período, sua atividade literária ficaria restrita aos discursos que pronunciava no Parlamento e nos *meetings* abolicionistas, bem como a artigos na imprensa.

Foram os acontecimentos que se seguiram à Abolição, principalmente a implantação do regime republicano, e suas consequências para Nabuco que o levaram a retomar o projeto de escrever a biografia

do pai. O impacto da Proclamação da República foi devastador na carreira política de Nabuco. Esta foi praticamente cortada ao meio, “[...] separando de algum modo do Nabuco da Abolição e da Câmara, o Nabuco do Pan-Americanismo e o do Itamaraty”, e condenando-o a escrever sua autobiografia precoce (Freyre, 1948, pp. 36-7). Contudo, entre a primeira metade de sua vida política, até 1889, e a segunda, que se inicia com sua aceitação de uma comissão do Ministério do Exterior para defender a causa brasileira em litígio contra a Inglaterra, em 1899, há um interregno de dez anos em que, junto com outras obras, principalmente *Minha Formação* (a autobiografia precoce de que nos fala Gilberto Freyre), gestou-se *Um Estadista do Império*.

Como já foi mencionado, esse momento foi marcado por intensa atividade intelectual e de revisão de perspectivas filosóficas e religiosas de Nabuco, que se sentia – e de fato estava – em uma situação de ostracismo e perseguição políticos, pelo menos até o final de 1894, quando se dá a posse de Prudente de Moraes. De acordo com o estado de espírito de Nabuco, que se pode depreender do exame de sua correspondência ativa no período, esses eram anos de perigo para a nação. Em carta de 24 de julho de 1890 a Afonso Pena, traçava um quadro sombrio dos novos tempos ao comentar a decisão de seu missivista de participar na vida pública sob o regime republicano ditatorial<sup>6</sup>. Citava Taine a respeito da anarquia espontânea que caracterizara certos momentos da Revolução Francesa, e previa uma reabilitação moral da Monarquia por comparação com esta “anarquia espontânea” republicana. Nessa situação, temia por sua própria segurança. Em carta ao barão de Penedo, antigo ministro do governo imperial em Londres, velho amigo com ares de figura paternal e confidente epistolar de Nabuco no período, escrevia que não podia dizer o que realmente pensava e que a melhor política era “[...] realmente não dar pretexto algum aos que querem à força ‘salvar a República’”<sup>7</sup>. Temia também pelo país. Entendia que o momento era semelhante àquele vivido pelo país na década de 1840. Em sua compreensão, essa

6 “[...] se a atual ditadura podia ser mais violenta não poderia ser mais arbitrária por mais que fizesse” (Nabuco, 1949, I, p. 186).

7 Arquivo Nacional, arquivo de correspondência de Joaquim Nabuco em microfímes, doc. 119.

“anarquia espontânea” não era característica somente do período de exceção que viviam. Era traço crônico dos regimes republicanos na América do Sul. Nesses regimes, os partidos só abandonavam o poder pela guerra civil. Mais ainda, a situação do país continha elementos de decadência e dissolução.

“A acumulação dos erros republicanos, a catástrofe financeira, o apagamento do senso moral, o abalo da unidade nacional, os conflitos da federação, a indisciplina do exército, a irresponsabilidade das ambições e a queda da civilização (em todos os seus elementos) com o aparecimento de forças novas estranhas e a que a miséria pública dará maior impulso, como o clericalismo, o fanatismo, o bairrismo, o militarismo, tudo isso junto produzirá, no fim de alguns anos, uma situação como a de 1840, e tudo o que hoje os mentecaptos políticos admiram fará horror ao país” (Nabuco, 1949, p. 185).

**Nabuco em  
hotel na  
França, 1904**

Nesse retrato do novo regime, em que descrevia a situação de anarquia, e na afirmação genérica de que essa mesma anarquia era constitutiva da natureza dos regimes republicanos sul-americanos (ideia que será chave em *Um Estadista do Império*), pode-se discernir um dos elementos que certamente o motivavam a escrever a vida do pai, o confronto entre a obra monárquica e a obra republicana que se fazia ante seus olhos. Três anos antes de se dedicar à tarefa de escrever a biografia paterna, Nabuco já tinha esboçado o grande contraponto que seria o pano de fundo daquela obra: a esterilidade moral e política da ideia, e, principalmente, da prática republicana na América do Sul contra a força criadora e civilizacional da Monarquia, expressa, principalmente, pela obra do Segundo Reinado. À anarquia republicana, que produzia “o abalo da unidade nacional, os conflitos da federação”, instabilidade política crônica,



Reprodução

contrapunha-se a obra monárquica, construtora daquela unidade e mantenedora de um ambiente de paz e estabilidade políticas. Esse contraponto serve de abertura a *Um Estadista do Império* quando é abordado o período regencial no qual se dera o início da vida pública de Nabuco de Araújo. Finalmente, como será salientado adiante na análise de *Um Estadista do Império*, o governo militar parecia confirmar a íntima relação entre anarquia e tirania.

Pelo menos nos três primeiros anos do novo regime republicano, a esperança de restauração monárquica não abandonara Nabuco. A possibilidade de replantar a “planta exótica” ainda não estava de todo descartada. Até o final de 1891, suas cartas a amigos monarquistas (a Rio Branco, ao barão de Penedo e ao próprio Dom Pedro II) deixam perceber que, mesmo não participando ativamente dos círculos monarquistas militantes e da vida política de uma maneira geral, ainda guardava esperanças de que o caos republicano fosse passageiro e que o bom senso voltasse a prevalecer, sob regime monárquico preferencialmente. Contudo, em 1892, com o recrudescimento da ditadura florianista, seu estado de espírito começava a mudar. De Paris, onde se encontrava de passagem de volta para o Brasil, escrevia ao amigo Rebouças, em 29 de julho daquele ano, vaticinando um futuro incerto para os brasileiros. “No século XX eu prevejo que o naufrágio moral será muito mais difícil de evitar para todo o que tiver o sangue brasileiro [...]” (Nabuco, 1949, v. I, p. 215)<sup>8</sup>. A ideia de exílio e perda de raízes atormentava o cosmopolita, que, mais tarde e mais otimista, ainda reafirmaria ser “[...] antes um espectador do meu século do que do meu país”<sup>9</sup>. De Lisboa, um mês após a carta de Paris, confessava-se, para o mesmo Rebouças, preso ao dilema de criar os filhos sem raízes no exterior ou na pátria brasileira, porém em condições morais adversas devido às condições que previa para o país no século vindouro (Nabuco, 1949, v. I, p. 215).

O pessimismo com os acontecimentos e o futuro do país coincidia com sua própria situação pessoal, a que já se fez menção an-

teriormente. Além do afastamento forçado da vida pública, justamente no momento em que, como vimos, com a Abolição, sua carreira parecia estar no ápice, e da insegurança pessoal a que estava submetido, a cada instante temendo ser vítima da perseguição do novo regime, enfrentava dificuldades em assegurar o bem-estar de sua família. Havia realizado investimentos desastrosos no mercado financeiro argentino que tinham arruinado o patrimônio de sua esposa. A atividade jornalística era incerta e perigosa. A tentativa de estabelecer-se como advogado fracassara, assim como a busca de um meio de vida no exterior. Tudo apontava para um grande contraste entre sua vida e a do pai. Essa, uma existência, no fundamental, exitosa, dedicada a determinados valores, à construção de uma sólida carreira profissional e à atividade política voltada para o engrandecimento da Monarquia e do país. A sua, talvez com um início mais brilhante, mais fácil e com êxitos mais rápidos, parecia seriamente comprometida, se não perdida. Pouco acumulara em termos profissionais e mesmo a manutenção da família oferecia grandes dificuldades. A carreira política fora bruscamente interrompida e via-se, na ocasião, sem perspectivas de continuidade. A comparação das trajetórias individuais também poderia ser estendida à vida do país. Enquanto a vida do pai coincidia – e sua contribuição para isso sendo sua grande realização – com o período de apogeu monárquico e de prosperidade sob o regime parlamentar estável do Segundo Reinado, sua existência parecia ligar-se exatamente à crise desse regime e à abertura de um período de instabilidade e futuro incerto inaugurado pelo regime militar republicano.

Ainda em Paris, em 7 de junho de 1892, havia escrito ao barão de Penedo, expressando seu estado de espírito:

“Quanto a mim, meu bom amigo, estou-me preparando para uma nova volta ao nosso desgraçado país. Nada obtive, nem posso obter, em Londres. Falta-me o braço resoluto e poderoso de outras épocas, e sou naturalmente suspeito a todos e para tudo nesta quadra. Além de que, não tenho habili-

8 A parte mais pessoal dessa carta já foi citada no capítulo anterior.

9 “[A] peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje por telégrafo” (Nabuco, s.d., p. 41).

tação. Estive pensando em ir enterrar-me no Minho ou em qualquer lugar onde pudesse pagar a dívida que tenho para com meu pai, de escrever-lhe a vida e publicar-lhe os trabalhos. Essa dívida não é só para com meu Pai, é também para com meus filhos, que eu pretendo educar, na parte que me tocar dessa tarefa, pela vida dele e não pela minha” (Nabuco, 1949, v. I, p. 211).

A intenção de escrever a biografia do pai, que, como vimos, já lhe passara pela cabeça logo após a morte do senador Nabuco de Araújo, começava novamente a ganhar forma, numa situação pessoal, agora, completamente distinta. Retraído e fracassado, tratava-se de pôr em perspectiva sua própria vida e sua posteridade pela via do pagamento de um tributo ao pai, mesmo assim, ao menos declaradamente no âmbito de seu círculo familiar. Excesso de modéstia ou não, importa pouco. A declaração vale pelo que deixa entrever do horizonte de questões que, então, marcavam o pensamento e a ação de Nabuco. Tratava-se de um horizonte limitado e até mesmo retrospectivo<sup>10</sup>. O momento parecia ser de acertar contas com o sentido de sua vida e de sua existência. A nação, a história certamente compunham um pano de fundo desse acerto. Esse era um acerto que tinha como parâmetro as trajetórias individuais, sua e de seu pai, de homens públicos. O projeto, com dimensões de um clássico – ainda que este pudesse vir a se tornar o destino de seu trabalho –, ainda não emergira completamente. A construção de *Um Estadista do Império* na perspectiva de um clássico não era propriamente um projeto, mas terminou por se lhe impor como tal diante de suas circunstâncias políticas e pessoais. Mais tarde, em *Minha Formação*, esse projeto classicizante, incluindo sua própria figura, vai se tornar mais consciente.

A dimensão clássica do projeto de biografia paterna começa a se delinear, sem nunca contudo ser explicitamente assumido por Nabuco, quando o trabalho vai se tornando cada vez mais um panorama de uma época histórica, o Segundo Reinado, e não somente a história de uma vida. Para o

monarquista Nabuco, que vivia momentos de angústia em relação a sua vida pessoal e à situação do país, aquele período ganhava uma dimensão ímpar, que passava a requerer para o seu melhor retrato a qualidade de clássico. Isto é, de uma obra tão imorredoura quanto os feitos históricos relatados. Não era apenas o caso de mostrar o contexto que moldara e que em parte fora moldado pela vida e pela atuação do senador Nabuco de Araújo. Era preciso demonstrar que essa época possuía uma superioridade intrínseca, incontestável e irredutível em relação ao presente republicano. Tratava-se de uma época que se colocava para a nação brasileira como um momento fundamental e, ao mesmo tempo, perdido, de grandeza que nunca mais poderia ser igualada. Tal momento não seria somente um momento de fundação ou de consolidação da nacionalidade, inspirador do presente e que, portanto, guardasse elementos de continuidade com o futuro. A época retratada fora questionada e interrompida pelas forças que conduziam o país no presente. Portanto, havia que se acentuar a descontinuidade, além da superioridade do passado. Esse panorama tinha uma função principal, que passava a ser exatamente a de valorizar, em comparação com o presente decadente e sem perspectivas de porvir, uma *época histórica clássica*<sup>11</sup>. O dilema do presente, Monarquia x República, na verdade, já havia se colocado no passado. Contudo, com um desfecho diferente daquele que agora predominava.

Vejamos esse trecho de *Um Estadista do Império*, em que o perigo republicano, expresso no período regencial que se seguira à abdicação do primeiro imperador, é antevisto nos primórdios do Segundo Reinado:

“Se a maioria não resguardasse a nação como um parapeito, ela ter-se-ia despenhado no abismo. A unidade nacional, que se rasgara em 1835 pela ponta do Rio Grande do Sul, ter-se-ia feito em pedaços. [...] Já nesse tempo se falava em completarmos a uniformidade política da América, em extirpar ‘a planta exótica’” (Nabuco, 1949b, p. 45).

<sup>10</sup> Inspiro-me livremente nas noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” desenvolvidas por Koselleck (1985, pp. 80 e segs.) para dar conta das possibilidades presentes dentro de uma determinada situação em termos de sua projeção para o futuro.

<sup>11</sup> Para a discussão sobre o conceito de clássico, e de sua relação com uma época considerada clássica, conforme está aqui sendo utilizado, ver Hans-Georg Gadamer (1988, p. 357).

O contraponto entre Monarquia e República abre *Um Estadista do Império*. Esse contraponto, além da decadência republicana do presente, deveria salientar a obra da Monarquia, inserindo-a como parte do retrato desses tempos. No começo de *Um Estadista do Império*, analisando a saída monárquica do golpe da maioria, que pusera fim ao período de instabilidade que marcara a Regência, Nabuco considerava que a nação havia preferido.

“[...] um regime [...] que procurará acreditá-la como nação livre aos olhos do mundo e tinha interesse próprio em que a luz da mais crua publicidade se projetasse sobre cada ato dos ministros responsáveis, em que o chefe do Estado era o confidente natural da oposição, à vanglória de ser classificada entre as repúblicas americanas, com suas dinastias de ditadores, ‘meio bandidos, meio patriotas’, como foram chamados e que formam, com rara exceção, a mais extensa série de governos degradantes entre os povos de origem europeia” (Nabuco, 1949b, v. I, p. 45).

Nessas duas passagens, pode-se ver todo o contexto civilizatório que marca a narrativa de *Um Estadista do Império*. Primeiramente, apresenta-se o entorno imediato, americano e republicano. E, mais precisamente, aquele das repúblicas sul-americanas, marcado pelo governo (desgoverno?) de ditadores “meio bandidos, meio patriotas”. O valor da Monarquia brasileira era o distanciar-se desse modelo. Em segundo lugar, e verdadeiro índice do alcance da obra monárquica, estavam “os olhos do mundo”, isto é, europeus, diante dos quais o país necessitava se projetar como “nação livre” a partir do momento que buscava seguir os parâmetros de organização política e de governo que a civilização do Velho Continente havia consolidado.

O retrato dessa época, para melhor contrastar com a decadência do presente, estava fadado a ser ele mesmo uma obra clássica em que o passado, e não mais apenas a figura do senador Nabuco de Araújo, ganha dimensões modelares e inigualáveis

no presente. O próprio Nabuco, no prefácio escrito quando da publicação do primeiro volume da obra, assinalava que o trabalho tinha dimensões e profundidade muito mais amplas que as originalmente imaginadas. Além do pai, a figura do imperador ganhara destaque e era, na verdade, a personagem central do período. Mas o mais importante é que aquele período do passado recente do país ganhara um novo alcance.

“Escrevendo a vida do último senador Nabuco de Araújo, não dou senão uma espécie de vista lateral da sua época. A figura central do Segundo Reinado é o próprio Imperador, e só quem lhe escrevesse a Vida e a ilustrasse com os documentos que ele deve ter deixado, poderia pôr em foco, em seu ponto de convergência, a Grande Era Brasileira, a qual lhe pertence. Só desse modo se poderia colocar cada um dos Estadistas que o cercaram no seu respectivo plano e dar-lhe as suas proporções reais” (Nabuco, 1949b, v. I, p. VIII).

Aparentemente, tratava-se ainda da vida do pai. Mas a referência explícita à “figura central do Segundo Reinado”, o imperador, personagem principal da “Grande Era Brasileira”, deixava claro que, ao senador Nabuco caberia um papel de fio condutor, como veremos quando for tratado do conteúdo propriamente dito de *Um Estadista do Império*, e que sentido encontrava-se no pano de fundo da narrativa. Essa percepção, aliás, seria corroborada pela crítica posterior, e também por aquela do momento mesmo de publicação da obra. Esse fato foi notado por José Veríssimo, quando da publicação do terceiro volume da obra, em 1899.

“Terminou o Sr. Joaquim Nabuco a vida de seu pai, o conselheiro Nabuco de Araújo, com a qual fez, mui acertada e brilhantemente, a história do Império desde 1813 até 1878. Qualquer que seja a eminência de um homem, de um homem de Estado principalmente, ele não vale, e sobretudo, não interessa, senão nas suas relações com seu meio e época ou com a sociedade em geral, conforme a intensidade da sua ação,

e o modo por que lhe sofreu as reações ou agiu nela. Compreendeu-o bem o Sr. Joaquim Nabuco, transformando o que em mãos ineptas seria apenas motivo para uma biografia, na história de longo, e o principal, período da nossa curta vida nacional e de um regime político extinto” (Veríssimo, 1997, vol. 2, p. 1.309).

Em sua apreciação anterior, por ocasião da publicação do primeiro volume, o crítico já ressaltara a conexão entre os aspectos da vida do biografado, a pintura dos perfis dos grandes estadistas do Império e o desejo de exaltação e engrandecimento, na opinião do republicano Veríssimo, exagerados, do passado monárquico presentes no empreendimento de Joaquim Nabuco (Veríssimo, 1997b, p. 1.294).

A acentuação da característica de clássico de *Um Estadista do Império* busca chamar a atenção para um aspecto que está presente nessa obra e que pode lançar luz para sua maior compreensão, seja como produto literário de um determinado momento histórico, seja do ponto de vista das tradições com as quais esse produto dialoga em relação ao passado histórico e também com as que se desenvolveriam a partir dele. Mas em que consistem as características de clássico de *Um Estadista do Império*?

Em primeiro lugar, seu valor estético, para além de seu conteúdo meramente historiográfico. O estilo literário do livro tem sido, desde seu lançamento, uma de suas qualidades mais ressaltadas. A presença dessa dimensão estética não deve ser apenas debitada aos parâmetros literários do momento, em que a valorização do estilo clássico predominava a partir do parnasianismo. Tampouco, deve ser subsumida ao estilo particular do autor, seu esteticismo e seu gosto pelas frases cuidadosamente construídas, sua sintaxe afrancesada, como notou José Veríssimo (1997b, p. 1.294). Esses fatores são importantes e não devem ser subestimados. A dimensão estética da obra cumpria uma função importante, classicizante, no que diz respeito ao passado retratado e sua relação com a situação

presente vivida pelo autor. Ela envolvia uma hierarquização entre esses momentos históricos, em que o passado se apresentava como um termo de comparação para os acontecimentos da conjuntura vivida por Nabuco. Nesse termo de comparação, o passado era considerado como um momento de grandeza, harmonia e equilíbrio que não mais poderia se reproduzir no presente, como um momento único da história. Essa impossibilidade de reprodução, mas talvez não de busca de um modelo, era o que assinalava a superioridade incontestável do passado, associada a uma dimensão de fruição estética. Essa fruição, contudo, se dá no presente, por sua vez, sempre diminuído e, eventualmente, condenado à cópia e à imitação do passado de acordo com os parâmetros e normas produzidos naquele momento, entendido como *época histórica clássica*, e interpretados pelo e à luz desse mesmo presente. A valorização estética da obra monárquica cumpria uma função também importante para aquele que a produzia através de sua “consciência estética”. Ela permitia a plena identificação, através de uma simultaneidade de vivências, entre a consciência presente, Nabuco, e a obra de arte, a Monarquia e seu legado. Tanto o contexto da obra, pela via da sua transformação em modelo clássico estético, quanto a consciência presente destacavam-se, nesse movimento de identificação e simultaneidade, de seus contextos. Produzia-se uma abstração do(s) tempo(s) histórico(s) pela via do que Gadamer denominou “diferenciação estética”<sup>12</sup>.

Como notou Maria Alice Rezende de Carvalho, também o monarquista Rebouças, nesses primeiros anos do novo regime, considerou o Segundo Reinado como época clássica da história brasileira. Em 1892, ele escrevia a um amigo considerando o Brasil uma nação do passado, assim como a Grécia antiga (apud Carvalho, 1998, p. 231). Entretanto, Rebouças não via ou via poucas possibilidades de desenvolvimento futuro para o país. Dessa maneira, faltou-lhe uma percepção da situação que, para além de sua decadência, deixasse entrever uma perspectiva, ainda que mínima, de

<sup>12</sup> “O que chamamos de obra de arte e vivenciamos esteticamente repousa [...] sobre um desempenho de abstração. Na medida em que não se leva em consideração tudo em que uma obra se enraíza, como seu contexto de vida originário, isto é, toda função religiosa ou profana em que se encontrava e em que possuía seu significado, é aí que se tornará visível a ‘pura obra de arte’. A abstração da consciência estética produz, nesse particular, um desempenho que é, para si mesma, positivo. Permite ver e ser para si próprio aquilo que é pura obra de arte. Denomino esse desempenho a ‘diferenciação estética’” (Gadamer, 1988, p. 152).

continuidade e estabilidade históricas. O passado para Rebouças estava colado no presente.

## UMA ÉPOCA CLÁSSICA

A obra de Nabuco não apenas produziu o retrato da época clássica, o Segundo Reinado. O principal é que, através desse retrato, ela sedimentou as normas clássicas de conduta política gestadas nessa época. Nesse sentido, seu valor estava diretamente ligado ao presente enquanto momento histórico. A partir de uma visão em que o retrato do passado tinha como papel realçar os aspectos de decadência do presente, Nabuco evoluiu para uma postura em que o retrato da época clássica, sem deixar de diminuir historicamente o presente, passou a cumprir uma função de acentuar, por um lado, a distância entre os dois momentos. Por outro lado, a partir dessa distância e com cada vez mais importância, a imagem da época clássica passou a fornecer as normas de conduta para a ação política nesse mesmo presente. Dessa maneira, mais que objeto de pura nostalgia, o passado voltava a fazer parte do presente vivo e apontar rumos para o futuro<sup>13</sup>.

Esse deslocamento começou a se dar no processo mesmo de produção e publicação de *Um Estadista do Império*. Ele refletiu as alterações na percepção política de Nabuco sobre o presente. Mas refletiu também a mudança de percepção sobre seu próprio papel naquele momento e no futuro do país. Esse segundo movimento se completou com a publicação das suas memórias em *Minha Formação*, em 1900.

Quanto ao primeiro movimento, aquele contido fundamentalmente em *Um Estadista do Império*, ele vai se tornando mais claro conforme o trabalho de redação começa e avança, e na medida em que vai mudando a percepção de Nabuco sobre o período que se abria com a Proclamação da República para a história do país.

Essa mudança de percepção correspondia à perda de qualquer esperança de restauração, e mesmo de uma visão de

sua inutilidade, após um breve período de expectativas no desenlace da Revolução Federalista. A morte do imperador, a ineficácia da ação dos círculos monarquistas militantes, bem como o próprio alijamento de Nabuco desses círculos, o fim do regime ditatorial de Floriano Peixoto e a consolidação do governo civil na República apareciam como elementos indicadores de uma nova era. Para o bem ou para o mal, a restauração parecia uma quimera. Além disso, havia a pressão para que Nabuco saísse de seu isolamento e voltasse a participar da vida política, colaborando com o novo regime, a exemplo de outro monarquista, Rio Branco, que, por conselho do próprio imperador, permanecera em seu cargo diplomático mesmo após a mudança de regime. Criava-se um clima de que homens como Nabuco e Rio Branco deveriam servir ao seu país, superando, mas sem abrir mão delas, suas paixões políticas.

Nabuco não ficou infenso a essas novas condições. Através de uma atividade literária intensa, que além da vida do pai, já agora cada vez mais um retrato de uma época histórica clássica, debruçava-se sobre sua própria trajetória pública, revalorizando-a, classicizando sua fidelidade ao espírito monárquico, preparava as condições de reingresso na vida pública. Trata-se dos escritos no jornal *O Commercio*, de São Paulo, em 1895, sobre sua formação, que, em 1900, portanto depois da aceitação de Nabuco em servir o país em seus quadros diplomáticos, mesmo sob o regime republicano, e da publicação integral e do êxito de *Um Estadista do Império*, viriam a ser publicados em *Minha Formação*. Essa obra, cuja maioria dos capítulos foi escrita no mesmo período em que se dedicava à biografia do pai, lança luz sobre o processo de produção do clássico *Um Estadista do Império*<sup>14</sup>. Nela, Nabuco buscava explicitamente valorizar o significado do período imperial para a construção da nação. Identificava a obra da Monarquia com as grandes conquistas do século XIX brasileiro: a Independência, a Unidade Nacional e a Abolição. Retrospectivamente, em *Minha Formação*, ele assim definia o quadro que o motivara a escrever a vida do pai:

<sup>13</sup> Aparentemente, a concepção da norma clássica atravessa a história como um valor universal a desafiar ou a ignorar o tempo. O clássico, seja ele a obra de arte seja ele o acontecimento ou a vida exemplar, é sempre atual e modelar. A partir do Renascimento, como notou Argan para o caso específico da arte do período, passa a existir uma consciência da não coincidência entre a norma clássica, como abstração e modelo, e as obras de arte antigas em sua singularidade, conforme podiam ser observadas no presente. Esse fato ocasionou o surgimento de uma tensão permanente entre o modelo clássico e as obras de arte antigas concretas que, teoricamente, deveriam seguir esse modelo. No tempo histórico em movimento – e não mais cíclico como no mundo medieval – da modernidade ocidental, a dialética entre modelo clássico, tempo antigo e tempo presente passa a ser o elemento decisivo na produção e na apreciação da obra de arte, assim como do devir histórico e de sua compreensão. O clássico se enraíza na história, entendida como movimento presente de consciência do passado e projeção do futuro. Mesmo quando o modelo ou a história são de todo abandonados ou negados, e o sentido é buscado no futuro, ainda assim ele estará lá, não como preceito a ser seguido, mas como problema a ser formulado e resolvido (Argan, 1995, p. 27). Clássico e anticlássico, vanguarda e tradição, conservação e transformação passam a ser binômios, nem sempre excludentes, para a compreensão da vida e da arte. A norma, clássica, mas não apenas esta, deixa de ser puro guia de imitação do antigo ou do passado e se torna guia e modelo de ação e de produção do novo.

<sup>14</sup> A maior parte dos capítulos apareceu em *O Commercio* de São Paulo em 1895. Foram ainda republicados pela *Revista Brasileira*.

**Joaquim Nabuco com auxiliares na Legação brasileira em Londres, 1901**

“A nossa dinastia tivera em 15 de Novembro o que chamei uma assunção: vivera e acabara como uma encarnação nacional. [...] Quando eu pensava no papel representado pela casa reinante brasileira, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Dona Isabel, e nas condições de unanimidade, espontaneidade, e finalidade nacional necessárias para ela o poder de novo desempenhar de acordo com sua lenda, o problema excedia a minha imaginação, e parecia-me um atentado contra a história querer-se acrescentar [...] um novo painel àquele tríptico [...] (Nabuco, s.d., p. 171).

A restauração, nas mesmas bases de grandeza representada pelas três gerações de monarcas, aparecia como uma impossibilidade dada a ausência das condições de “unanimidade, espontaneidade e finalidade nacional”. A Monarquia passava para uma esfera mítica da história, indissolavelmente

ligada aos destinos do país e à fundação mesma da nacionalidade (Salles, 1996). Tal obra assemelhava-se a uma época clássica de grandeza por sua identificação com ideais maiores que deveriam se constituir em normas e padrões clássicos para guiar a ação dos estadistas do presente. Fundindo sua trajetória no presente com aquela dos homens públicos, estadistas do passado, entre eles seu pai, assim ele expressava esse movimento:

“[...] durante os anos que trabalhei na Vida de meu pai a minha atitude foi insensivelmente sendo afetada pelo espírito das antigas gerações que criaram e fundaram o regime liberal que a nossa deixou destruir [...]. A Monarquia para aquelas épocas de arquitetos, pedreiros e escultores políticos incomparáveis, era uma bela e pura forma, mas que não podia existir por si só; o interesse, o amor, o zelo, o fervor patriótico



Reprodução

deles dirigia-se à substância nacional, o país [...]. Para tais homens, verdadeiramente fundadores, um terremoto poderia subverter as instituições, mas o Brasil existiria sempre, e à sua voz seria forçoso acudir [...]" (Nabuco, s.d., pp. 171-2).

A confrontação entre República e Monarquia transformava-se numa comparação entre presente e uma idade clássica que, sem mais poder ser alcançada, fornecia o padrão de julgamento do primeiro. Mesmo em *Balmaceda* e *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*, série de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, e transformados em livros em 1896, em que o embate com a República se dava no plano de acontecimentos em curso, Nabuco começava a deslocar-se para um patamar mais elevado de comparação. Da luta política imediata – que se pode perceber com intensidade decrescente em sua correspondência até 1894 – seus escritos públicos passavam gradativamente para o âmbito da comparação histórica abrangente. A República não era mais contestada em sua legitimidade política do momento.

Esse movimento foi moldando, ao mesmo tempo em que era por ela moldado, a transformação da biografia do pai em um clássico que retratava uma época histórica clássica.

Se, como vimos anteriormente, o projeto de Nabuco se delineava inicialmente como uma mirada retrospectiva que levava em conta principalmente sua trajetória individual, através de uma obra biográfica sobre o pai, a emergência do projeto de dimensões clássicas sobre uma época histórica passada pode ser detectada em sua correspondência no período. Em carta a Hilário de Gouveia de 10 de março de 1894, quando fez a primeira menção escrita de que estava trabalhando na vida pai, ainda colocava que:

"[...] só queria, para levantar esse monumento (não pelo que vou escrever, mas pelo que vou publicar dele) à memória de meu pai ter durante uns dois anos o espírito sossegado. Não tenho nenhum desejo de

entrar na política, mesmo se me oferecer ocasião, agora que tenho realmente um trabalho que seduz [...]" (Nabuco, 1949, v. I, p. 227).

Prosseguia dizendo que se dedicaria com prazer, pelo resto da vida, à realização de uma biografia de Dom Pedro II se tivesse acesso a seu arquivo. Estava "[...] certo que faria um trabalho útil à dinastia e ao país" (Nabuco, 1949, v. I, p. 227). Em seguida, perguntava como tudo iria terminar. Externava sua visão pessimista sobre os desdobramentos da política nacional. "Nunca este país atravessou crise igual e para mim o que ela tem de mais assustador é a convicção geral de que isso *ainda não é nada*" (Nabuco, 1949, v. I, p. 229). Mesmo assim, seja a menção à intenção de erigir um *monumento* ao pai, seja a menção a um projeto de vida, "útil à dinastia e ao país", de dedicação a uma biografia do imperador já deixavam entrever o projeto maior em que estava se empenhando.

Para essa tarefa, ele contava com o essencial, de acordo com os padrões historiográficos vigentes a partir do cientificismo do final do século XIX: os documentos de seu pai. Queria trazê-los à luz, deixá-los "falar", revelá-los. Se tivesse acesso ao arquivo do imperador, o mesmo faria em relação a ele. Dessa forma o retrato de seu pai e de sua época estaria completo. Na conclusão de *Um Estadista*, essa visão da historiografia, e do papel do historiador como aquele que revela os documentos que, por sua vez, revelam a verdade, seria reafirmada. Perguntando-se sobre a posteridade de seu pai, admitia que, se a história política continuasse a ser estudada como o vinha sendo até aquele momento, provavelmente, a figura do senador cairia no esquecimento. Mas o quadro se modificaria no momento

"[...] em que falarem e escreverem sobre o nosso passado espíritos que primeiro se tenham familiarizado com os originais e documentos que ele nos deixou e possam reconhecer cada individualidade maior por um traço que seja do seu estilo, do seu caráter, do seu modo e fazer a conta da

arefa, do jornal de cada um em sua época” (Nabuco, 1949b, IV, p. 154).

O trabalho a que se dedicava era um pouco mais complexo e o próprio modelo de história que balizava seu trabalho, mais sofisticado. Numa passagem de *Minha Fé*, obra confessional publicada postumamente, em que analisa a obra de Renan, Nabuco compara o trabalho deste àquele dos historiadores eruditos alemães, para reafirmar a superioridade do mestre francês. Utilizando-se de imenso material primário e lançando mão de profundo conhecimento sobre diferentes tradições linguísticas e religiosas,

[...] à maneira de um artífice veneziano, a soprar em seu canudo, faz com que essa massa líquida assumia formas mais transparentes e mais vaporosas, como jamais se produziram a não ser em sua vidraria. Os alemães que o precederam elaboraram imensas reconstruções do passado com outra grandiosidade e outra solidez. Todavia, a erudição alemã não é e nem tem a pretensão de ser uma arte. Eles não passam a história numa peneira literária, mas amassam cuidadosamente os seus resíduos [...]” (Nabuco, 1985, p. 35).

Tinham-se em conta de “operários anônimos”, e não “construtores de jardins suspensos”, de uma construção que jamais terminaria, já que a cada nova geração, com suas pesquisas e descobertas, novas camadas se sobreporiam às precedentes.

Também Nabuco entregava-se inteiramente a algo mais que um dever filial de divulgação dos escritos e pensamentos do pai, segundo os cânones da erudição histórica de seu tempo. Aos poucos, ia disso ganhando consciência. Em junho de 1894, em carta ao barão de Penedo, dizia que esperava ter o trabalho concluído. Já não se tratava apenas da vida do senador e conselheiro Nabuco de Araújo: “[...] nestes oito meses terei pago o meu tributo de saudade e gratidão a meu pai. É uma história do seu tempo, além da biografia dele” (Nabuco, 1949, v. I, p. 237).

Pouco mais de dois anos depois, o trabalho havia ampliado sua dimensão e significado. Em carta de 21 de dezembro de 1896 a Hilário Gouveia, Nabuco escrevia que terminara o primeiro volume da vida de seu pai. “A estátua está assim acabada. Mesmo pelo primeiro volume se têm todas as proporções dela.” Voltava, dessa maneira, à metáfora do monumento, que mencionara em sua carta inaugural sobre seu trabalho literário ao próprio Hilário em 1894. A metáfora mostrar-se-ia adequada para dar conta do clássico que retratava “a Grande Era Brasileira”. Como monumento, o trabalho não apenas resgatava o passado, através de seus vestígios documentais, mas representava uma interpretação presente desse passado. Uma interpretação que ressignificava esse passado no presente e o projetava para o futuro.

Esse monumento, poder-se-ia dizer, assemelhava-se mais a uma composição coletiva do que ao busto de um só homem. Nele, estavam presentes seu pai, ocupando posição de destaque ao lado do imperador, e outros grandes homens, “arquitetos, pedreiros e escultores políticos incomparáveis”. Além desses grandes homens, a composição coletiva do monumento envolvia um segundo elemento, “a substância nacional”, que concentrava o “interesse, o amor, o zelo, o fervor patriótico” dos primeiros. Tal monumento, que paulatinamente ampliava suas dimensões e pretensões em relação ao passado e ao futuro, rapidamente, foi reconhecido como um clássico de nossa literatura ensaística e histórica.

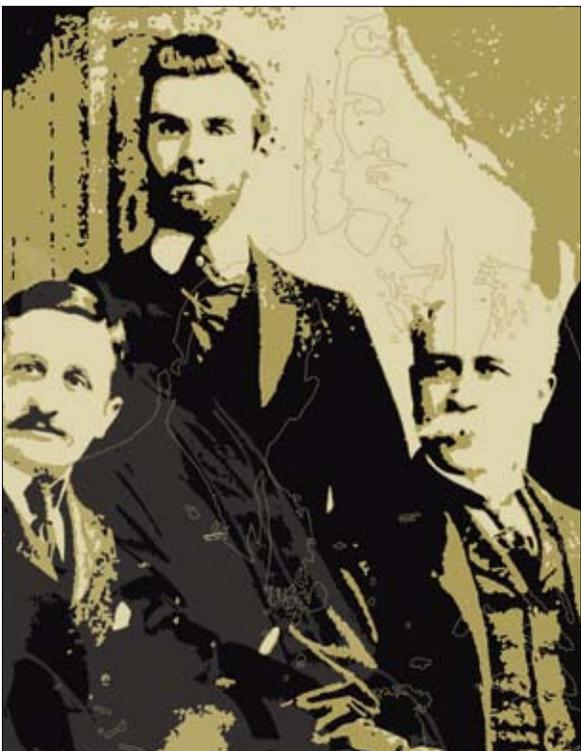
Como clássico da história política, *Um Estadista do Império* possui um caráter exemplar. Trata de duas questões que remontam à historiografia do Renascimento, a qual, por sua vez e em parte, reproduzia o modelo antigo: o bom governo e o perfil de quem pode fazê-lo. Entretanto, esse caráter exemplar incorpora decisivamente a dimensão da história como devir objetivo. Os homens, mesmo os grandes, já não se movem num mundo que apenas lhes serve de cenário, como no modelo historiográfico antigo e, em menor grau, renascentista. Esse cenário é uma presença objetiva con-

figurada por forças que vão além de suas vontades. Já não enfrentam os caprichos da Fortuna, mas um Meio Social complexo, submetido a características e leis que, se podem ser entendidas, não podem ser modificadas além de limites determinados. É a tensão entre esse mundo objetivado de forças impessoais e inexoráveis e a atuação dos grandes estadistas, cuja ação buscava exatamente imprimir-lhes uma direção, que constitui o cerne do drama de *Um Estadista do Império*. Nesse drama, as forças impessoais da história têm uma fisionomia e um nome, a Revolução e a República. Um novo elemento se soma à narrativa desse drama, realizada a partir das bases científicas da análise e da crítica documental, a maneira pela qual o autor e seu mundo mostram-se na narrativa. Não se trata apenas das formas tradicionais de aparecimento da autoria nas modernas narrativas historiográficas: notas de pé de página, prefácio, bibliografia e conclusão (Araújo, 1998), mas da maneira como particularmente esta última forma, a conclusão, ocorre.

Numa obra dividida em livros, capítulos e seções, a “Conclusão” ocupa todo o Livro Oitavo. Nessa, depois de um breve capítulo

em que se conclui a narrativa propriamente factual, com a morte do senador, seguem-se mais dois capítulos intitulados “Nabuco e a Monarquia” e “O Homem – O Estadista”. No primeiro desses capítulos, além de considerações mais factuais sobre “O Fim do Império”, questões mais gerais são abordadas em duas seções, “A Linha Política do Reinado” e a “Política Monárquica de Nabuco”, quando o regime e o político desprendem-se da narrativa histórica em sentido estrito e ganham dimensões éticas, morais e prescritivas generalizáveis na história. No capítulo final, essa característica se acentua. As seções intitulam-se “Traços Morais”, “O Orador”, “O Espírito Político de Nabuco”. As qualidades de Nabuco de Araújo, sua moral, sua oratória e seu espírito, cristalizam-se e projetam-se numa esfera além de sua vida e seu tempo. Na verdade, além de qualquer vida e qualquer tempo e, por isso, válidas para todas as vidas e todos os tempos.

Contudo, é nas duas últimas seções da obra, “Nabuco e a Atual República” e “Seu Traço na Posteridade”, que Joaquim Nabuco e seu mundo irrompem no texto. Não de forma direta, como o narrador e sua circunstância, mas através do próprio personagem biografado que, num efeito narrativo somente possível pela mão do autor, tem sua vida, seu pensamento e seu mundo confrontados com o presente. Isso é feito através da pergunta de qual teria sido sua atitude diante dos acontecimentos que o autor vivenciava quando exatamente escrevia a obra. Essa operação completa a classicização da narrativa. A confrontação entre passado e presente é explicitada de modo exemplar. O personagem, após ter sido transformado em modelo de homem público de uma época exemplar, é hipoteticamente chamado, pela intervenção do autor, a posicionar-se sobre os fatos enfrentados por este último. Seu tempo e sua obra lançam uma sombra sobre o presente. O drama histórico do Segundo Reinado adquire conotações trágicas pela perpetuação da tensão entre as forças impessoais da história e a ação dos grandes estadistas no presente e suas possíveis conseqüências no futuro.



Um *Estadista do Império* narra linearmente a história de uma época, o Segundo Reinado, e de sua obra, a estabilidade e a paz políticas no Império, que consolidara a unidade nacional através do regime parlamentar monárquico. Regime que assegurara as condições de ambiente necessárias para feitos que superaram os mais graves problemas da nação: a resolução da questão servil, a manutenção da unidade territorial e a construção de um regime político estável e tão livre quanto possível nas circunstâncias brasileiras. Trata-se de uma história do funcionamento do regime monárquico parlamentar. A sucessão dos gabinetes, entrecortada aqui e ali por capítulos com referências às diferentes sessões da Câmara e do Conselho de Estado, cede pequenos espaços em seus títulos para determinados episódios com os quais os estadistas, o imperador, os gabinetes tiveram que se deparar. Esses episódios, as grandes questões do Segundo Reinado, são a Revolução Praieira, a extinção do tráfico internacional de escravos africanos, a Guerra do Paraguai, os projetos, discussões e aprovação da Lei do Ventre Livre, os conflitos diplomáticos com a Argentina, que se seguiram ao término da Guerra do Paraguai, e a questão religiosa, esses dois últimos já na fase final e de crescente reclusão da vida do senador Nabuco de Araújo.

A singularidade dessa obra encontrava-se, por um lado, em sua estabilidade duradoura em face do entorno social americano, atavicamente conturbado. Por outro lado, dizia respeito ao fato de que essa estabilidade, formalmente semelhante ao modelo da civilização político-parlamentar europeia, não contava, contudo, com o mesmo meio social de sustentação. A obra seria, assim, derivada da ação, magnificada pelas condições adversas de sua realização, dos grandes estadistas imperiais, especialmente pela ação de Dom Pedro II, grande artífice do monumento, composição coletiva a que me referi anteriormente. Esses elementos de grandeza, a impossibilidade não apenas de sua repetição no presente, mas mesmo da realização de obra de dimensões comparáveis e o objetivo de assegurar a permanência

da herança desses tempos inigualáveis, de alguma forma ameaçados por perigos do presente, são elementos que apontam na direção do entendimento de *Um Estadista do Império* como uma obra clássica. Isso também do ponto de vista do conteúdo da época histórica a que ele visava analisar.

Mas, na própria forma da narrativa, pode-se buscar outros indícios na mesma direção. Numa primeira aproximação, *Um Estadista do Império* reproduz o antigo *tópos da historia magistra vitae* do modelo da historiografia da Antiguidade clássica e, mais especificamente, da historiografia política do Renascimento: a história como palco para a atuação de grandes homens e a demonstração de suas virtudes; lugar de onde se podem extrair lições sobre a natureza humana, as vicissitudes da história e da política e das qualidades necessárias para realizar o *bom governo*; a narrativa linear dos acontecimentos e o privilégio aos discursos dos personagens para demonstrar o alcance de suas ideias e sua capacidade retórica; a intercalação ao longo do relato de máximas e aforismos como forma de isolar e enfatizar os conhecimentos adquiridos na história.

Em *Um Estadista do Império*, esses elementos, que acima foram sumariados, estão presentes. A história narrada é um repositório de pensamentos, atitudes, virtudes e ações de grandes homens, no caso, os estadistas mais experientes do Segundo Reinado, especialmente Nabuco de Araújo, e o imperador. A ação exemplar desses grandes homens, por sua vez, projetava modelos de comportamento aconselháveis para ação política no presente, isto é, no país logo após a Proclamação da República. Já salientei o quanto esse contexto republicano vivido por Nabuco era um contraponto de seu texto. A política retratada em *Um Estadista do Império* é a arte do *bom governo* dos homens e esse *bom governo* requer um conhecimento profundo da natureza humana, de suas paixões, fraquezas, vícios e, por que não, de suas virtudes e possibilidade de grandeza. Se todo *governo dos homens* requer o conhecimento de sua alma, somente o *bom governo* dos homens requer, além disso,

sabedoria como virtude. Essa sabedoria é uma compreensão prática da realidade e da natureza humana. Ela não está baseada somente em teorias e sistemas abstratos, mas exatamente na prática do governo que objetiva o progresso com equilíbrio, a liberdade com ordem.

A narrativa é pontuada de discursos, peças de oratória dos grandes estadistas, de onde se podem extrair suas ideias sobre os temas que requeriam sua atenção, mas também suas lições e máximas para a posteridade. Evidentemente, são mais frequentes os discursos do próprio Nabuco de Araújo, mas também os dotes oratórios de outros estadistas são avaliados como um dos elementos de seu perfil, de sua dimensão histórica. Os temas tratados nesses momentos são os clássicos da política: tirania e liberdade; ditadura e democracia; reforma e ordem; liberalismo e conservadorismo; intransigência e conciliação; tirocínio, capacidade de antecipação e estreiteza de horizontes. Os exemplos para a política não se restringem aos discursos dos personagens. Os fatos narrados são, a todo momento, pretextos para a introdução de máximas e aforismos no texto. Assim, por exemplo, Nabuco, retrospectivamente, tirava lições das revoluções do período regencial e, principalmente, sobre a revolução de 1848 em Pernambuco. Essa teria que necessariamente ser republicana e separatista para ter continuidade, ainda que, em seu começo, Nunes Machado, sua liderança liberal, declarasse sua fidelidade monárquica.

“[...] nada enfraquece mais os movimentos políticos do que a certeza de que a bandeira sob a qual eles se iniciam é imprópria para dar-lhes a vitória e de que mesmo em plena luta será preciso substituí-la por outra que não se quis desde o princípio arvorar” (Nabuco, 1949b, I, p. 101).

A lição é clara. As revoluções são males da política, fortemente associados ao ideal republicano, que cumpre evitar, e, se tal não fosse mais possível, apaziguar. Indiretamente, o próprio regime republicano, como havia sido demonstrado nos tempos

da Regência, é fonte de instabilidade. A boa política é a da ordem com liberdade, da autoridade com tolerância, da reforma com tradição, do convencimento e da liderança sem imposição. Essa fora a política dos grandes estadistas do Império, que, em composição coletiva, haviam erigido o monumento clássico da nação.

*Um Estadista* diz respeito à política entendida como atividade praticamente independente de indivíduos, de grupos mais ou menos eventuais marcados pela presença de lideranças de porte acima da média e, raramente se é que em algum momento, de partidos. Largamente inspirado pelas opiniões de seu pai, Joaquim Nabuco corroborava sua visão de que os partidos seriam uma abstração na realidade política do Segundo Reinado. Isto é, não representavam programas e ideias claramente definidas e, tampouco, expressavam correntes de opinião com bases sociais estabelecidas. Sua alternância no governo, ponto básico de equilíbrio do regime parlamentar, não dependia das mudanças na situação da opinião pública que terminassem por se refletir em eleições que, por sua vez, alterassem a composição da Câmara, e esta, a do governo. Ao contrário, no caso brasileiro, o governo fazia a situação política e as eleições. Nessas condições, deixado por conta de seus próprios mecanismos, o regime político vigente de fato dificilmente produziria de modo automático a desejada alternância de partidos no governo. Essa, para ser assegurada, deveria contar com o concurso decidido do imperador, escorado no Poder Moderador que lhe conferia a Constituição e no respeito que despertava e preservava nos principais estadistas. Seu uso equilibrado do poder constitucional, sem o transformar em instrumento de poder pessoal ditatorial, e sua liderança sobre as principais figuras do mundo político asseguravam o funcionamento, ainda que precário, do sistema parlamentar. Para isso, o personagem principal dessa narrativa política, o imperador, contava de fato mais com os homens do que com os partidos e as eleições para assegurar a estabilidade e a funcionalidade do regime parlamentar no

país. Como veremos, as condições sociais seriam ainda insuficientes para permitir o pleno desenvolvimento do regime parlamentar. Esse fato, longe de diminuir a importância dos grandes estadistas, magnificava-lhes o perfil.

A Revolução – e suas vicissitudes –, é uma marca forte do enredo de *Um Estadista do Império*. Ela abre e encerra sua narrativa, quando Nabuco estende-se em considerações hipotéticas sobre qual teria sido a atitude de seu pai diante do novo regime inaugurado em 1889. Essas considerações compõem a conclusão do livro e serão objeto mais preciso de nossa atenção adiante. Também no início da obra, República e Revolução aparecem associadas nas lutas e dissensões internas do período regencial. Nessa ocasião, “a República foi experimentada em nosso país nas condições mais favoráveis em que a experiência podia ser feita” (Nabuco, 1949b, I, p. 44). Tal experiência, na narrativa, funciona como um prelúdio à “Grande Era Brasileira”.

• • •

A permanência da obra de Nabuco e sua temática, a política como atividade autônoma, a reforma dentro da ordem, perderam força explicativa e validade para o futuro, conforme se adentrava o século XX. Seu dilema, a conciliação entre reforma social e manutenção da ordem política, entendida como estabilidade das instituições representativas e mesmo seu aperfeiçoamento, perdeu força num contexto em que a questão da nação moderna e sua sobrevivência, num contexto internacional agressivo e adverso, subsumia os temas clássicos da política, especialmente no quadro de uma situação periférica. Sua defesa do valor da política passou a ser vista como um índice do artificialismo ou do ornamentalismo do jogo político e do liberalismo do Segundo Reinado, e mesmo depois, no período republicano. Ou ainda, a política de Nabuco, contida em *Um Estadista do Império*, foi sendo considerada como o sinal de seu bandeamento para uma perspectiva conservadora, após sua passagem pelo radicalismo durante sua

trajetória abolicionista. Tal interpretação, por exemplo, é explicitada por Marco Aurélio Nogueira (1984) e Antonio Candido (1990). Desse modo, e dado o predomínio da problemática do desenvolvimento, com sua correlata desvalorização da política, a não ser talvez como esfera da revolução ou da reforma social e de indução do crescimento econômico, em nosso século XX, a obra política de Nabuco permaneceu como um clássico do conservadorismo ou de um liberalismo mitigado. Essas visões indicaram algum tipo de dicotomia, se não oposição, entre reforma e progresso, por um lado, principalmente do ponto de vista social, e o liberalismo em sua vertente brasileira, por outro. Essa teria sua marca característica de incompletude e artificialismo se comparado com sua matriz europeia. O próprio Nabuco tem sido tomado como uma expressão dessa dicotomia e/ou dessa incompletude e artificialismo.

Essa agenda limitada do liberalismo brasileiro, entretanto, exprime um dilema mais amplo, que ultrapassa suas fronteiras, o qual, de certa forma, Nabuco tratou por pontas e com ênfases diferentes: o dilema da cidadania restrita e suas consequências políticas. Tal dilema implicou uma separação ou distância profunda entre a política e as condições sociais, de uma maneira geral. Essa foi não apenas uma característica e uma limitação de nosso liberalismo conservador, mas também de nossa democracia progressista e de todos os que buscaram algum tipo de reforma social. Aos conservadores faltou um mínimo de densidade social naquilo que buscavam conservar. Sua atração pelo autoritarismo ou pelo reacionarismo mais rasteiros esteve sempre colocada no horizonte. Aos progressistas e democratas, reformistas e mesmo revolucionários, faltou a base social orgânica. O aventureirismo e a cooptação pelo Estado, todo-poderoso nesse ambiente político de raízes sociais aéreas, foram suas constantes tentações. A partir dos anos 30, uns e outros lançaram-se com afinco na empreitada do desenvolvimento, partilhando a mesma crença no progresso que viria, e, de fato, veio, de um ponto de

vista apenas material. Nem por isso, sabemos hoje, ampliaram-se em proporções semelhantes, ou sequer comparáveis, as bases da cidadania da nação. Política e sociedade permaneceram divorciadas.

Antes que a problemática do atraso e do progresso estivesse completamente assentada, Nabuco participou, refletiu,

embaraçou-se, silenciou sobre esse dilema mais amplo da política brasileira. Tanto quando se envolveu com a reforma social, como quando buscou entender, frustradas muitas de suas esperanças na reforma profunda da Abolição, as bases históricas desse fenômeno no passado imperial e nos primeiros anos da República.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. "História e Narrativa", in Ilmar Rohloff de Mattos (org.). *Ler e Escrever para Contar. Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*. Rio de Janeiro, Access, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. "L'Histoire de l'Art", in *L'Histoire de L'Art et La ville. Crise, Culture et Design*. Paris, Éditions de la Passion, 1995.
- CALVINO, Ítalo. *Por que Ler os Clássicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- CANDIDO, Antonio. "Radicalismos", in *Estudos Avançados*. vol. 4, n. 8. São Paulo, IEA-USP, jan.-abr., 1990.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século*. Rio de Janeiro, Revan, 1998.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República*. 3 v. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
- FREYRE, Gilberto. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. Cambridge, The MIT Press, 1985.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília, Universidade de Brasília, s.d.
- \_\_\_\_\_. "Cartas a Amigos", in *Obras Completas*, vol. 13. São Paulo, Editorial Progresso, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Um Estadista do Império*. 4 v. São Paulo, Editorial Progresso, 1949b.
- \_\_\_\_\_. *Minha Fé*. Recife, Massangana, 1985.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Joaquim Nabuco, um Pensador do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002.
- VERÍSSIMO, José. "Os Penúltimos Anos do Império", in *Um Estadista do Império*. 2 v. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Um Historiador Político", in *Um Estadista do Império*. 2 vol. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997b.
- VIANA FILHO, Luís Viana. *Três Estadistas: Rui, Nabuco e Rio Branco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.